

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 4



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-516-7 DOI 10.22533/at.ed.167190607</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA SUA ADOÇÃO EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	
Alexandre César Batista da Silva Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Luiz Carlos Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1671906071	
CAPÍTULO 2	19
PERFIL DAS EXPORTAÇÕES PARANENSES DO COMPLEXO DE SOJA	
Jefferson Steve Canteno Torres	
DOI 10.22533/at.ed.1671906072	
CAPÍTULO 3	29
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA <i>REQUEST FOR PROPOSAL</i> (RFP) NAS VENDAS DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS	
Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Alexandre César Batista da Silva Giulia Cipolla Braulio Jeronymo José Libonati	
DOI 10.22533/at.ed.1671906073	
CAPÍTULO 4	44
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO COM SUPORTE DE UM <i>SOFTWARE</i> DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO	
Sirnei César Kach Juliano Hammes Daiane Hammes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906074	
CAPÍTULO 5	57
A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1671906075	
CAPÍTULO 6	73
A LEI 13.467/17, SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONSEQUENTE PREJUÍZO À AÇÃO SINDICAL	
Rodrigo Rocha Gomes de Loiola Francisco José Rocha Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1671906076	

CAPÍTULO 7	80
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO	
Mercedes Castillo de Herrera Nubia Yaneth Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.1671906077	
CAPÍTULO 8	93
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO	
Maiara Conceição Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1671906078	
CAPÍTULO 9	105
APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC	
Luiz Victor Pittella Siqueira Maristela Parise de Lima Julie Rossato Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906079	
CAPÍTULO 10	124
INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Roseni Inês Marconato Pinto Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16719060710	
CAPÍTULO 11	136
EMPREENDEDORISMO FAMILIAR: COMO ESSE MODELO DE GESTÃO PODE AFETAR A EMPRESA	
Suzana Siebra Alves Campos Piedley Macedo Saraiva Evelinny Soares Batista	
DOI 10.22533/at.ed.16719060711	
CAPÍTULO 12	149
EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE MANHUAÇU-MG	
Lílian Beatriz Ferreira Longo Henrique da Silva Pinel Reginaldo Adriano de Souza Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura José Carlos de Souza Anandy Kassis de Faria Alvim Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060712	
CAPÍTULO 13	166
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE FIDELIZAÇÃO COM MARCAS DE CAFÉ NA CIDADE DE MILAGRES-CE	
Rangiel Santos Bento Silva Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.16719060713	

CAPÍTULO 14 183

GESTÃO DA DIVERSIDADE OU AÇÃO AFIRMATIVA? UM ESTUDO SOBRE O GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL EM MANHUAÇU/MG

Luan Patrick Reis Serafim Leite
Lilian Beatriz Ferreira Longo

DOI 10.22533/at.ed.16719060714

CAPÍTULO 15 197

MOTIVAÇÃO E RECOMPENSAS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NAS TEORIAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES E DA EXPECTATIVA

Larissa Carvalho Alves
Adriano Victor Lopes da Silva
Erika Maria Jamir de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.16719060715

CAPÍTULO 16 209

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA COOPERATIVA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO DE FRONTEIRA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS: O CASO DA COTRIROSA

Pedro Luís Büttenbender
Jaqueline Ledir De Conti
Ariosto Sparemberger
Giovana Fernandes Writzl
Luciano Zamberlan

DOI 10.22533/at.ed.16719060716

CAPÍTULO 17 224

PESQUISA DE CAMPO PARA AVALIAR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS COM A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE SUL E A PLATAFORMA MULTIMODAL EM SANTA HELENA DE GOIÁS, 2016

Estéverson Oliveira Lima
Luis Carlos Ferreira Gomes

DOI 10.22533/at.ed.16719060717

CAPÍTULO 18 231

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA

Elzamili Lima Brito
Márcio Júnior Benassuly Barros
Raoni Fernandes Azerêdo

DOI 10.22533/at.ed.16719060718

CAPÍTULO 19 243

REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Mayure Cristina de Souza Oliveira
Sabrina Pereira Uliana Pianzola
Silvana Cristina dos Santos
Monica de Oliveira Costa
Farana de Oliveira Mariano

DOI 10.22533/at.ed.16719060719

CAPÍTULO 20	267
A INFLUÊNCIA DO MARKETING DIGITAL NO PERFIL DE CONSUMO DA GERAÇÃO Y	
Piedley Macedo Saraiva	
Thallita Pâmela Pinho de Oliveira	
Julio Miguel Souza de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.16719060720	
CAPÍTULO 21	279
A INFLUÊNCIA DO MARKETING SENSORIAL NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA	
Gisele Sebastiana da Silva	
Reginaldo Adriano de Souza	
José Carlos de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
Anandy Kassis de Faria Alvim-Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060721	
CAPÍTULO 22	293
MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO NO VAREJO DE MODA DE BARBALHA-CE	
Piedley Macedo Saraiva	
Andre Luis Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.16719060722	
CAPÍTULO 23	310
O USO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Milena Beatriz Silva Loubach	
Pollylian Assis Madeira	
Marcos Antônio Pereira Coelho	
Lucas Borcard Cancela	
DOI 10.22533/at.ed.16719060723	
SOBRE A ORGANIZADORA	323
ÍNDICE REMISSIVO	324

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA

Elzamili Lima Brito

Pedagoga e Bacharel em Gestão Pública pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM)

Márcio Júnior Benassuly Barros

Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM)

Raoni Fernandes Azerêdo

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus de Alenquer.

RESUMO: Um dos grandes entraves enfrentados pelos agricultores familiares, principalmente os pequenos, tem sido a comercialização de seus produtos agrícolas. Buscando minimizar tal problema, o Governo Federal criou em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a execução do PAA operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense, no período de 2010 a 2016, no que refere-se aos beneficiários do programa, os produtos contratados, bem como os valores dos contratos

de cada beneficiários.

PALAVRAS – CHAVE: Política Pública. PAA. AACEPPAMO

FOOD ACQUISITION PROGRAM IN THE LOW AMAZON: A SUPPORT POLICY FOR AGRICULTURAL TRADE WITH EMPHASIS ON BENEFICIARIES, PRODUCTS AND INCOME

ABSTRACT: One of the major obstacles faced by family farmers, especially the small ones, has been the commercialization of their agricultural products. In order to minimize this problem, in 2003 the Federal Government of Brazil created the Food Acquisition Program (PAA), which was subsequently regulated by Decree N° 7.775, of July 4, 2012. This research has as general objective to analyze the implementation of the PAA operationalized by Companhia Nacional de Supply (CONAB) in the territory of the Citizenship of the Lower Amazon Paraense, in the period from 2010 to 2016, regarding the beneficiaries of the program, the contracted products, as well as the values of the contracts of each beneficiary

KEYWORDS: Public policy. PAA. AACEPPAMO

INTRODUÇÃO

O PAA ao longo dos anos se consolidou como um instrumento de luta contra a insegurança alimentar e representa o fortalecimento da agricultura familiar, na inserção dos seus produtos nas compras públicas (mercados institucionais), o que possibilita melhores renda dos agricultores, valorização da produção local e sua diversificação. Este programa, portanto, se apresenta como opção estratégica na indução de uma nova dinâmica de desenvolvimento territorial rural, e pelo fato de ser recente no cenário social do Brasil, a academia universitária tem incipientes pesquisas na região amazônica e inexistente no território do baixo Amazonas paraense. Sendo assim, este artigo se justifica pela imperatividade de realizarem análises para esclarecer e aprofundar os limites e potencialidades da operacionalização do programa.

O artigo tem por objetivo, analisar a espacialização da política pública, no Baixo Amazonas Paraense, com destaque aos limites e potencialidades da operacionalização do programa, pela Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do município de Óbidos (AACEPPAMO). A escolha do município e desta organização, deve-se ao fato de ser a única no Baixo Amazonas Paraense, que tem uma regularidade nos contratos firmados, por iniciativa e protagonismo dos agricultores e pescadores da associação.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: 1) Pesquisa Bibliográfica: Foi realizada revisão da literatura sobre políticas públicas e agricultura familiar. 2) Pesquisa Documental: Foram analisados documentos e dados quantitativos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) disponibilizados no site da instituição. 3) Pesquisa de Campo: Ocorreu no município de Óbidos-PA com sujeitos associados, famílias beneficiárias e instituições que participam das ações do PAA.

TIPOLOGIAS DE MODALIDADES DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA PELA CONAB

A atuação da CONAB no PAA teve início desde a territorialização das ações no território brasileiro do programa em 2003, dentro da Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI) e da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (SUPAF).

O Quadro 1 a seguir, descreve as modalidades em que a CONAB possui destaque suas modalidades de atuação, seus objetivos, por quem o programa é operacionalizado e os valores dos recursos aplicados.

MODALIDADES	OBJETIVOS	QUEM OPERA	FONTE DE RECURSOS
Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação	Aquisição de alimentos de Organizações Fornecedoras constituídas por Beneficiários Fornecedores, com objetivo de atender as demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada.	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos do MDSA.	Até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano civil. E até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por organização fornecedora por ano civil, sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar–CPR Estoque	Apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, para posterior comercialização e devolução dos recursos financeiros ao Poder Público	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos advindos da SEAD.	O valor da produção própria, não pode ultrapassar R\$ 8.000,00 (oito mil reais) / unidade familiar/ano. Das Organizações Fornecedoras: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
CDAF–Compra Direta da Agricultura Familiar	Sustentar preços de uma pauta específica de produtos definida pelo GGPA, para a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos advindos da SEAD E MDSA.	Permite a aquisição de produtos até o limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar, e é acessada individualmente.
PAA – Leite	Contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares.	Operacionalizada pelos estados do Nordeste e Minas Gerais.	Recebe 85% dos recursos do MDSA e o restante dos próprios estados. O valor comercializado por agricultor/semestre é R\$ 4.000,00
Aquisição de Sementes	Comprar sementes, mudas e outros materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou consumidores.	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos advindos do MDSA, por meio do Termo de Cooperação para a Descentralização de Crédito.	Permite aquisição de até R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) por unidade familiar/ano; e até R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) por Organização Fornecedor por ano; as operações de aquisição executadas pela CONAB, acima de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), serão realizadas mediante “chamada pública”.

Quadro 1 – Execução do PAA pela CONAB.

Fonte: CONAB, 2017. Organizado pelos próprios autores, 2019.

Para participarem do programa, os agricultores precisam obter gratuitamente junto às instituições oficialmente autorizadas, a exemplo das entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou as Federações e Confederações de Agricultores, por meio de seus sindicatos, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), principal documento que vai identificar o trabalhador /agricultor/da pesca artesanal, extrativistas que praticam a atividade de maneira ecologicamente sustentável, piscicultor, comunidades quilombolas, silvicultores e povos indígenas, enquadrados como agricultor familiar pessoa física, e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, que conferem a estes o direito a acessar políticas públicas e programas de crédito, como o Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), o PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Habitação Rural, entre outras

TRAÇOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PAA NO TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS PARAENSE

Em 2008 foi lançado o programa Território da Cidadania, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Este, dentro do seu escopo, voltava-se a fortalecer a agricultura e à promoção do desenvolvimento rural sustentável pela via da ação pública governamental e não governamental, neste último caso, envolvendo organizações sociais, solidárias e de controle social (CARDOSO et. al.). Portanto, baseado numa concepção de políticas agrárias de âmbito territorial, fundamentada na valorização das práticas e experiências locais por meio do incentivo à participação das organizações sociais e demais instâncias do poder público e privado e da sociedade civil organizada, esta proposta consiste um caráter inovador: promover a descentralização do poder do Estado por meio da agregação dos diversos atores sociais para a proposição e execução de projetos, de acordo com os princípios de governança, gestão social e empoderamento, visando a promover a cidadania e a democracia (BARBOSA, 2012).

No Pará foram delimitados 08 Territórios da Cidadania. Neste artigo trataremos do Território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense, que compreende 13 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, somando uma população de 708,245 habitantes (IBGE 2010), com densidade demográfica de 4,7 habitantes por km². É válido ressaltar, que não se trata de espaços vazios, mas de uma ocupação pautada pelas populações tradicionais e indígenas, em que os recursos naturais são mobilizados como condição da própria reprodução (BARBOSA, 2012).

Este autor citado acima, aponta que a agricultura familiar aparece como o elemento preponderante na definição da identidade do território seguido do meio

ambiente. Em uma escala que vai de 0 a 01, a agricultura aparece com o indicador de 0,826 e o meio ambiente com 0,802. Para os autores a conjunção dessas duas variáveis (agricultura familiar e meio ambiente), como já demonstrado diz respeito ao fato da agricultura familiar, entendida como a produção nas roças, coleta de frutos da floresta, extrativismo a pesca está diretamente associadas à sobrevivência material e cultural, seja porque fazem parte da base nutricional daqueles povos ou pelo fato de que uma parte da produção se destina ao mercado.

No Baixo Amazonas Paraense, existem 25 mil estabelecimentos rurais da agricultura familiar, com pessoal ocupado de cerca de 100 mil indivíduos (IBGE, 2006). Da mesma forma, verificamos na Figura 01, que o Território do Baixo Amazonas Paraense concentram 115 assentamentos de reforma agrária (75% dos assentamentos do Oeste Paraense), com uma área de 4.500.604 hectares e 40.601 famílias assentadas (75% das famílias assentadas do Oeste Paraense) e aproximadamente 115 organizações associativas, apresentam grande potencial para estabelecer uma economia de base florestal e de agricultura familiar/camponesa, a partir do manejo sustentável do uso e dos bens produtivos. Entretanto constatou-se que os assentamentos de reforma agrária do Oeste Paraense (leia-se também do Território do Baixo Amazonas), apresentam altos índices de vulnerabilidade social bem abaixo dos índices do Estado do Pará e da Amazônia Legal (IMAZON, 2012).

Neste contexto, consideramos que as políticas públicas, a exemplo do PAA, além de reconhecer a importância da agricultura familiar e das dinâmicas de desenvolvimento local, sendo uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, minimizando a dependência dos agricultores familiares de intermediários (atravessadores) no processo de comercialização, e garantindo alimento de qualidade para a sociedade.

Contudo, observamos a seguir, o quanto esta política pública está distante do Baixo Amazonas Paraense.

Por meio de pesquisa preliminar na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) verifica-se que nos anos de 2010 a 2010 os Estados mais beneficiados nesse período, estão nas regiões Sul e Nordeste, onde há mais investimentos de recursos.

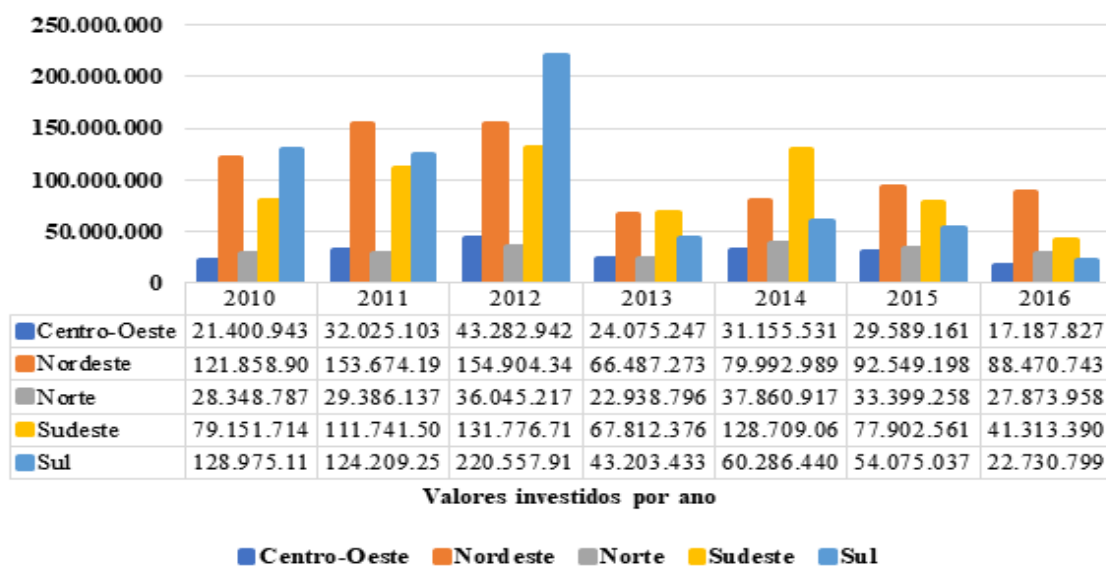


Gráfico 1 – Aplicação de recurso do PAA nas regiões brasileiras nos anos de 2010-2016.

Fonte: CONAB, 2017. Organizado pelos próprios autores, 2019.

O quantitativo correspondente ao período de 2010 a 2016 de cada região apontado no Gráfico 01, pode-se observar que nos anos de 2011 e 2012 foram os que mais houveram investimento e captação de recursos nos programas do PAA em todas as regiões brasileiras, sendo lideradas pelo Nordeste no *ranking* de captação de recursos, seguido pelo Sul e Sudeste. Assim, esses dados que se destacaram, equivalentes aos anos supracitados e suas respectivas regiões, reforçam a hipótese de que a política pública aplicada nessas duas regiões por meio do PAA provocaram alguns avanços e reestruturações na economia regional. É importante apontar ainda, que em 2013 houve uma queda abrupta da arrecadação de recursos em todas as regiões brasileiras, voltando a ter uma sucinta elevação no ano de 2014 e caindo exponencialmente a partir de 2016.

Em relação ao Estado do Pará, observa-se que neste período, uma média de 97% dos recursos do PAA foram destinados a modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. No quadro 02 e Gráfico 02, conforme indicado anteriormente, verifica-se com nitidez a baixa participação dos municípios do Baixo Amazonas Paraense no acesso a política pública.

Ano	Total dos municípios paraenses que acessaram o programa	Valor executado Total R\$	Municípios do baixo amazonas paraense que acessaram o programa	Valor executado dos municípios Território do baixo amazonas paraense
2010	40	3.520.222,15	2	227.000,00
2011	36	4.509.989,23	0	0
2012	42	5.463.808,90	2	494.014,91
2013	3	485.544,13	0	0

2014	8	1.031.318,77	0	0
2015	10	1.958.671,60	1	752.664,59
2016	11	3.227.730,63	1	669.631,60

Quadro 02 - Proporção de acesso entre os municípios paraenses e os municípios do território do baixo amazonas paraense

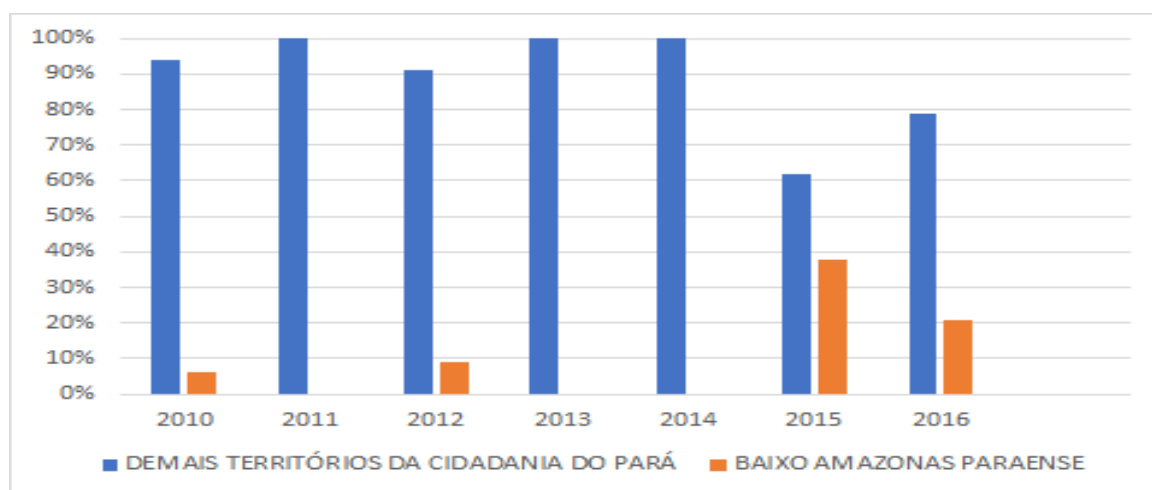


Gráfico 2 – Proporção de acesso entre os municípios paraenses e os municípios do baixo amazonas paraense

Fonte: Conab, elaboração dos autores

Interessante destacar que em 2010, os municípios que executaram o PAA Doação Simultânea foram Belterra e Óbidos, em 2012 Juruti e Óbidos e em 2015 e 2016 apenas Óbidos. A saber em 2015 e 2016, Óbidos respondeu respectivamente por 38% e 21% dos recursos totais executados pelo Estado do Pará nestes anos. Portanto a regularidade das compras públicas e os limites e potencialidades da operacionalização e gestão da Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras do município de Óbidos (ACEPPAMO), é o que iremos analisar na seção seguinte.

A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA NO BAIXO AMAZONAS PARAENSE: O CASO DA ACEPPAMO

O lócus da pesquisa é a Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras do Município de Óbidos (ACEPPAMO) que tem como sede o município de Óbidos - Pará, cidade pertencente à mesorregião do Baixo Amazonas.

A partir do ano 2000, inúmeras políticas públicas promoveram qualidade de vida do homem do campo, principalmente as voltadas para a agricultura familiar, com a instituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse Programa garante aos produtos da agricultura familiar o acesso a mercados institucionais e representa uma das principais fontes de financiamento para o setor.

A ACEPPAMO, objeto desta pesquisa, foi fundada no dia 18 de agosto de 2006,

é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa provisória, à Rua Antônio Brito de Sousa, 502, bairro de Santa Terezinha, município de Óbidos estado do Pará, constituída pela união e solidariedade de pescadores e pescadoras residentes na área urbana e rural do município, cuja principal atividade econômica é a pesca artesanal.

A associação conta com 84 sócios cadastrados, destes, 40% são mulheres e todos fazem parte da Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais Z-19 de Óbidos. Suas principais atividades econômicas, sempre estiveram voltadas para a pesca artesanal e a comercialização das diversas variedades de pescados (aracu, curimatã, dourado, matrinchã, pacu, pescada, sarda e surubim).

A associação ganhou impulso no decorrer dos anos, especialmente com a criação de uma nova metodologia voltada para maximização dos resultados, mas sempre focando esforços no desenvolvimento sustentável.

Em entrevista com uma beneficiária do PAA através da AACEPPAMO, esta relata que: “há mais ou menos 4 anos recebe peixe da AACEPPAMO, que o pescado tem melhorado a alimentação de sua família e que os produtos recebidos suprem a necessidade de sua família por uma semana em média e que o pescado recebido é bem conservado” (Entrevista com a Sra. Josilene Barbosa Vieira, cedida a autora em 16 de junho de 2018).

Gradativamente a atuação do PAA, através da AACEPPAMO foi expandindo-se no município de Óbidos, aonde a cada ano vem adequando-se às normas legais, e proporcionando o que de fato é o propósito da associação de do PAA, ou seja, estimular a produção familiar sustentável no intuito de beneficiar a inúmeras famílias das zonas urbana e rural de diversos municípios, fornecer alimentos e gerar renda através da comercialização do pescado, para o comércio local assim como para o Governo Federal.

Antes da entrega do pescado às famílias beneficiárias é construído um cronograma pela AACEPPAMO em conjunto com a Coordenação da Pastoral da Criança da diocese de Óbidos, líderes de comunidades, representante da EMATER e da Secretaria Municipal de Abastecimento e Agricultura (SEMAB) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Esse cronograma é constituído sempre no início de agosto, período que começa a piracema que vai de agosto à início de novembro quando começa o período do defeso.

Nessa reunião, não fica definido a data exata para a pesca, mas todos ficam de sobre aviso. Segundo o presidente da AACEPPAMO, tudo começa quando algum pescador avisa que já está dando peixe, a partir daí se organizam e definem a data de entrega que é sempre segunda, quarta e sexta - feiras. A entrega só acontece nos outros dias da semana, quando tem muito peixe e não conseguem entregar todo o pescado no dia agendado.

A entrega do pescado é sempre realizada no período da piracema, mas quando os pescadores não conseguem entregar sua cota de pescado no prazo estipulado na

proposta, é feito um pedido de prorrogação pela organização fornecedora, através de ofício à Conab, justificando o pleito com antecedência mínima de 30 (trinta dias) antes do vencimento.

De posse do cronograma, a coordenação da Pastoral da Criança, se reúne com as lideranças comunitárias para definir os dias que cada paróquia irá receber o pescado, assim como os horários.



Figura 1 – Processo de entrega do pescado pela AACEPPAMO

Fonte: CONAB, 2017. Adaptado: BRITO, E., 2018.

Quando os pescadores chegam no porto com o produto, é entregue ao presidente da AACEPPAMO que realiza o peso e anotações no recibo de venda de peixe, discriminando o tipo, o preço e total em quilos, na presença de representantes da Pastoral da Criança, representantes da EMATER, SEMAB e pescadores. Em seguida esse produto é entregue para a Coordenação da Pastoral da Criança. No mesmo momento, todo o pescado é encaixotado e levado para o caminhão frigorífico da Colônia Z-19 que já fica aguardando para fazer a entrega nas comunidades atendidas.



Figura 2: Entrega e pesagem do pescado

A entrega do pescado pela AACEPPAMO à Pastoral Sempre inicia das comunidades mais distantes para as mais próximas. Nesses dias, às 6 horas a equipe da Pastoral coordenadora diocesana e presidente da AACEPPAMO se dirigem ao Porto do Matadouro, como é chamado o lugar onde os pescadores estão aguardando para receber os pescadores. Em contrapartida, existe toda uma dinâmica de organização por parte dos pescadores para receber a equipe da AACEPPAMO e da Pastoral da Criança.

Os peixes são armazenados no caminhão da Colônia de Pescadoras e Pescadoras (Z-19) e são levados para as comunidades destinatárias. Algumas comunidades rurais atendidas pela AACEPPAMO solicitam que o pescado seja enviado por via fluvial (barcos) no Porto do Matadouro.

Enquanto isso, as lideranças da Pastoral da Criança e das comunidades estão distribuindo as senhas para as famílias que fazem parte da pastoral e organizando as famílias no local de distribuição. É notável que durante a distribuição do pescado compareçam no local de distribuição famílias que não são atendidas pela Pastoral da Criança, mas que sempre recebem pescado da AACEPPAMO, embora em quantidade menor.

Ao todo a associação atende 3 paróquias em Óbidos: Paróquia de São Martinho de Lima, Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana e Paróquia de São Francisco e Santa Clara (paróquias unificadas). Além das paróquias, a AACEPPAMO atende outras entidades da cidade, como no Hospital Municipal, a Fazenda da Esperança vinculada à Diocese de Óbidos, três Secretarias Paroquiais, a Cúria Diocesana, num total de aproximadamente 400 pessoas.

A cada duas semanas é feito a nota fiscal para pagamento da AACEPPAMO pela CONAB, nesse período geralmente já foram entregues de quinze a vinte toneladas de pescado. É confeccionada uma planilha de entrega de pescado e assinada pelo presidente da AACEPPAMO e da coordenação da Pastoral da Criança, após confeccionar a planilha o presidente da AACEPPAMO vai na Receita Estadual para extrair a nota fiscal que posteriormente é encaminhada via correios para a CONAB, juntamente com o Termo de Recebimento e Aceitabilidade (TRA), Relatório de Entrega e Relatório de Pagamento, para fins de prestação de contas.

A liberação dos recursos acontece por meio de transferência da conta bloqueada (vinculada) para a conta de livre movimentação, mediante autorização formal da Conab, correspondente à prestação de contas das entregas realizadas, após apresentação dos documentos descritos no parágrafo acima no prazo em média de 40 dias.

No município de Óbidos, a AACEPPAMO possui um papel e uma função

preponderante no que tange à distribuição do pescado em várias localidades de áreas urbanas e rurais.

È notável que a ação do PAA como política pública tem transformado o panorama socioespacial devido ao grande nível de abrangência do programa. Além do mais, a AACEPPAMO vem contribuindo com a subsistência e a renda de muitas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAA desempenha grande importância na manutenção da AACEPPAMO, posto que apresenta uma política diferenciada em termos de segurança alimentar e de fomento à produção agroextrativista e pesqueira na escala local e regional, envolvendo, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a sua produção e de outro, as instituições sociais que precisam adquirir produtos no mercado, beneficiando, desta forma, produtores e consumidores.

A atuação do PAA em Óbidos através da AACEPPAMO possui papel destacado quando comparado com os demais municípios do Baixo Amazonas que tem a economia pesqueira como forte atividade econômica devido à diversidade de espécies exploradas, percentual de pescado capturado e pela alta receptividade da população local com este programa.

Constata-se que o PAA contribui para a melhoria da renda dos pequenos agricultores/pescadores, provando através de suas modalidades admirável poder estruturante, uma vez que através desse mercado institucional a agricultura familiar e a pesca artesanal geram trabalho e renda, dinamizando a economia local, fortalecendo as organizações econômicas de produção familiar, contribuindo para a segurança alimentar, a estabilidade econômica no meio rural e a manutenção da população no campo. Também gera empregos, agrega valor, distribui a renda e alimenta as cidades e, ainda contribui para conservação do meio ambiente.

Dessa forma, o PAA mostra-se como um importante instrumento de fortalecimento da política social e econômica da região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos, assim como para equiparação de oportunidade, fortalecendo o cooperativismo e o associativismo por valorizar os produtos da agricultura e da pesca artesanal, aproximando produtor e consumidor, pagando preços mais vantajosos, representando assim um marco na política agrícola.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas** – Pará, Belém , 2012

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012** (Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 25 nov. 2018.

CARDOSO, B. L. D. et al. Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **RECADM**, v. 13, n. 1, p. 39-55, Jan-Abr. 2014.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA**: a perspectiva dos beneficiários. Brasília: CONAB, 2007.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses: Óbidos**. Belém, 2016.

GUARESCHI, A. **A Operacionalização da política de segurança alimentar**: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

HONDA, Yohane Figueira; GOMES, Sérgio Castro; CABRAL, Eugênia Rosa. Participação dos produtores familiares no PAA: estratégias de produção e comercialização em área periurbana do município de Ananindeua, PA. *In: Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v.21, n.1, p. 125-145, jan./jun. 2016.

IMAZON, **Calha Norte Sustentável**: situação atual e perspectivas, 2013

SOARES, Ana Marialva. **Entrevista com a coordenadora da Paróquia São Martinho de Lima**. [Entrevista cedida a] Elza Lima de Brito. Óbidos, 15 de junho de 2018a.

SOARES, Osvaldo Procópio Soares. Presidente da AACEPAMO. **Entrevista sobre a atuação da AACEPPAMO**. [Entrevista cedida a] Elza Lima de Brito. Óbidos, 06 de jul. 2018b.

VIEIRA, Josilene Barbosa. **Entrevista sobre a atuação da AACEPPAMO**. [Entrevista cedida a] Elza Lima de Brito. Óbidos, 16 de junho de 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 20, 27, 132, 182

C

Consumidor 2, 5, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 268, 279

Cooperativa 118, 123, 201, 213, 215, 216, 222, 223, 265

E

Economia 17, 19, 27, 28, 71, 104, 118, 122, 123, 196, 222

Empreendedorismo feminino 149, 164, 165

Espoliação 90

Exportações 19, 23, 27

F

Ferrovia 224, 225, 226, 227, 228, 230

G

Gestão da diversidade 185, 194

I

Impactos tributários 1, 13

Incorporações imobiliárias 4, 18

M

Marketing digital 268, 271, 296, 297, 322

Marketing sensorial 292

Mineração 87, 97

P

Patrimônio de afetação 1, 5, 18

Planejamento 44, 45, 46, 55, 56, 97, 103, 164, 265, 271

Política monetária 70

R

Renda 119, 224, 305

Request for proposal 30, 33, 43

S

Soja 19, 27, 228

T

Tecnologia 32, 95, 97, 132, 196, 267, 309, 310, 312, 322

Trabalho 55, 56, 73, 74, 75, 77, 79, 95, 105, 106, 117, 126, 132, 133, 134, 164, 182, 193, 194, 195, 196, 215, 222, 240, 322

Turismo 100, 103, 104, 165, 215, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 322

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-516-7



9 788572 475167